

ACEF/1718/0119337 — Relatório preliminar da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Carlos de O. Fernandes
Manuel António Brites Salgado
Antonio Carles
Mariana Martins

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Viseu

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Turismo

1.4. Grau:

Licenciado

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5. Licenciatura em Turismo_Despacho 7313-2017.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Turismo

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

812

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

N/A

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

N/A

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

3 anos

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

45

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

<sem resposta>

1.11. Condições específicas de ingresso.

(04) Economia ou (09) Geografia ou (18) Português

1.12. Regime de funcionamento.

Diurno

1.12.1. Outro:

Não Aplicável.

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

1.14. Eventuais observações da CAE:

<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

A Coordenadora do Curso é doutorada em Turismo, mestre em Gestão de Empresas e licenciada e bacharel em Turismo, está em regime de exclusividade, é detentora de uma vasta experiência na área do turismo, possui publicações na área do Turismo e assegura diversas UC's no CE, pelo que possui perfil académico adequado

O corpo docente é composto por 24 docentes, 17 a TI e 21,5 ETI's, 18 doutores, dos quais 13 a TI, com 6 doutores em Turismo, com 4 a TI.

A CAE reconhece que um CE de banda larga em Turismo abrange um maior número de ACs, o que leva a haver um número elevado de docentes a 100%, mas a assegurar apenas 1-2 UCs (tempo parcial) no CE. No entanto, o docente conta a 100% para os rácios desse curso, assim como para todos os cursos em que tem carga letiva atribuída. Este dado conduz ao aumento do denominador para fins de estabelecer o rácio na área da especialização, o que se verifica neste CE. Esta situação obriga a uma reflexão mais pormenorizada, por número de docentes e não apenas a relativa ao rácio exigido a nível de especialização. A IES deverá garantir um número razoável de docentes especializados na área, para assegurar a coordenação do CE, carga letiva, investigação, publicações, cargos de gestão, representação nos diversos órgãos, prestação de serviços.

Assim, a instituição cumpre com os três requisitos legais, designadamente de corpo docente próprio a TI (70,8%), academicamente qualificado (83,7%) e especializado na área de turismo (4 doutores a TI e 2 docentes a TP), embora sem docentes com o título de especialista por provas publicas.

As cargas letivas atribuídas aos docentes são equilibradas, em geral, e compatíveis com as demais funções próprias de um docente de ensino superior.

O número de docentes em programas de doutoramento (2) há mais de um ano é adequado às necessidades de especialização do corpo docente do ciclo de estudos.

2.6.2. Pontos fortes

O corpo docente cumpre importantes requisitos legais, designadamente de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado.

A lecionação das diversas UC's é assegurada, em geral, por docentes qualificados no respetivo domínio do conhecimento, sendo de salientar as da área fundamental do Turismo, apesar da falta de docentes especializados.

A maioria dos docentes tem uma ligação estável com a instituição, designadamente na área fundamental do CE.

2.6.3. Recomendações de melhoria

Colocar ênfase na contratação de profissionais com o título de especialista através de provas publicas.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

O número de pessoal não docente indicado é referente à UO. Há apoio dos vários serviços que são transversais à UO. Quase todos os funcionários pertencem aos quadros da IES, há mais de 10 anos, pelo que o pessoal não-docente pode ser considerado adequado em número e regime de trabalho.

No entanto, como não está especificado o pessoal não docente nas diversas áreas/departamentos,

não há evidência do apoio administrativo mais próximo das operações diárias do CE, nomeadamente contatos com empresas para estágio e/ou emprego, preparação dos protocolos de estágio, calendarização das avaliações, elaboração das atas dos diversos júris, liaison aos diversos departamentos particularmente os Serviços Académicos, plano de atividades/relatório de atividades do CE, relatório de adequação a Bolonha, visitas de estudo, divulgação do CE, mobilidade académica e de estágios, etc.. Neste sentido constata-se que é necessário o direto suporte dado às atividades de Coordenação de Curso e às outras atividades de cariz mais extracurricular, como os vários eventos e atividades organizados pelos docentes e discentes do CE.

3.4.2. Pontos fortes

Existe estabilidade do pessoal não docente pois quase todos pertencem aos quadros da IES, há mais de 10 anos.

A IES valoriza a formação do pessoal não docente, sobretudo a formação específica para as funções profissionais de diversa natureza, assim como a progressão de estudos superiores.

3.4.3. Recomendações de melhoria

Identificar pessoal não-docente de apoio e organização ao processo administrativo das operações/atividades diárias do CE, formalizando essa afetação e comunicando na cultura organizacional as particularidades do seu funcionamento para ser mais eficiente no cumprimento dos objetivos do CE.

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

O número de candidatos tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo dos últimos anos (248 candidatos no antepenúltimo ano e 384 no último), da mesma forma que a nota de candidatura do último colocado tem aumentado gradualmente. A grande maioria dos candidatos estão a candidatar-se pela primeira vez ao Ensino Superior, o que revela algum poder de captação de alunos por parte da IES. Para além disso, o número de estudantes por ano curricular é relativamente consistente, o que mostra que na generalidade os estudantes levam o curso até ao fim.

4.2.2. Pontos fortes

A estabilidade da (elevada) procura do ciclo de estudos, bem como o aumento da nota de candidatura do último colocado.

4.2.3. Recomendações de melhoria

A IES pode reforçar a participação em feiras e eventos destinados aos alunos que se candidatam ao ensino superior pela primeira vez, mantendo o posicionamento no mercado estudantil e mostrando as oportunidades que existem no interior do país.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Em parte

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

Em relação às diferentes áreas científicas do CE, nota-se que a maioria tem avaliações bastante positivas, existindo apenas duas áreas com taxas médias de sucesso inferiores a 70% (Matemática 59% e Contabilidade 53%).

Quanto aos níveis de empregabilidade, o CE apresenta uma taxa de 11,5% de inscritos no IEFP. Enaltecem-se as iniciativas que tem sido praticadas para prevenir o aumento desta taxa, nomeadamente “a dinamização do SIVA (Serviço de Inserção na Vida Ativa); a preparação dos alunos na elaboração dos CV; o aumento de parcerias com empresas da região; a prática de um ensino mais profissionalizante que vá ao encontro das reais necessidades do mercado de trabalho; a dinamização e reflexão do processo dos estágios curriculares, procurando ajustar melhor as competências às necessidades específicas de cada empresa recetora; a criação no ano letivo 2016/2017 de uma base de dados de ex-alunos onde consta o perfil dos alunos finalistas e as suas competências”. No entanto, ao nível do acompanhamento dos graduados, considera-se que deviam existir dados mais concretos, nomeadamente se os estudantes empregados estão a trabalhar na área.

5.3.2. Pontos fortes

As iniciativas levadas a cabo no sentido de melhorar a empregabilidade dos estudantes e as elevadas taxas de sucesso escolar na maioria das áreas científicas.

5.3.3. Recomendações de melhoria

Dado que se identificam algumas dificuldades na área da matemática, sugere-se que a UC Métodos Quantitativos forneça aos alunos as bases para um melhor entendimento das cadeiras da área da Contabilidade e de outras relevantes. Sugere-se também que se faça um melhor acompanhamento do percurso dos estudantes após a conclusão do curso, tanto para informação interna como para eventuais possibilidades de emprego para outros estudantes.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Em parte

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com

revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Sim

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Em parte

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Não

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Em parte

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

Foram identificados 6 centros de investigação externos à Instituição com 1 docente integrado e 1 CI interno, com indicação de classificação de Bom pela FCT, que se constitui como unidade pluridisciplinar de gestão da investigação do IPV (12 docentes), dos quais apenas 1 está classificado como excelente pela FCT. Os CI não são vocacionados para a AC principal do CE (Turismo).

Foi anexado um mapa resumo de publicações científicas do corpo docente com muitos dos artigos centrados na AC do Turismo, embora com necessidade de incrementar este número, essencialmente em revistas internacionais de referência. Outras publicações incidem na referência a mais artigos técnico-científicos mas não indica as que possam ter mais carácter pedagógico para o CE.

Foi indicado que foram realizadas várias atividades no âmbito do CE, designadamente diversas atividades desenvolvidas por docentes, como a sua participação como oradores convidados, entre outras. No âmbito de várias UC's os alunos também desenvolvem várias atividades direcionadas para a comunidade, das quais se destaca a UC de Organização e Gestão de Eventos. Porém, não são apresentadas atividades de prestação de serviços à comunidade envolvente para a promoção do turismo regional e nacional, desenvolvimento tecnológico e artístico e/ou formação avançada.

Vários docentes do CE participam em projetos ou parcerias nacionais e internacionais com relevância para o Turismo, gastronomia, entre outras vertentes, podendo também ser explícita a colaboração de discentes.

A participação dos docentes e investigadores do CE, maioritariamente em CI interno (classificação de Bom), de natureza pluridisciplinar, pode comprometer a qualidade e o cumprimento de alguns critérios para a promoção de investigação orientada e aplicada na área do Turismo.

6.6.2. Pontos fortes

Diversas atividades desenvolvidas por docentes, bem como no âmbito de várias UC's, os alunos também desenvolvem várias atividades direcionadas para a comunidade.

Projetos financiados com interesse no âmbito do Turismo, sobretudo realizados por docentes do CE e mais a nível nacional.

6.6.3. Recomendações de melhoria

Maior participação dos docentes em projetos de investigação e desenvolvimento de parcerias de investigação nacionais e internacionais, designadamente em atividades de prestação de serviços à comunidade envolvente, desenvolvimento tecnológico e artístico e formação avançada na AC principal do CE.

Envolver os estudantes em projetos científicos, nomeadamente através de projetos aplicados ao desenvolvimento do turismo a nível regional e/ou nacional, para além de projetos de cariz mais científicos apresentados em 6.2.5.

Todos os docentes da AC principal do CE (Turismo) poderiam estar filiados a centros de investigação de referência e com melhor desempenho do que o CI interno, se possível, criar grupos de trabalho para relacionamento institucional para desenvolvimento de projetos aplicados.

Os docentes podem trabalhar mais em rede com pares portugueses e do exterior, com IES portuguesas e estrangeiras, pois não são referidos projetos em parcerias com IES.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Em parte

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Em parte

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Em parte

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

Valor residual de alunos estrangeiros no CE (1,7%). Regista-se taxa relevante de alunos internacionais matriculados no CE (15,6%) e em mobilidade Erasmus, resultado do encorajamento da mobilidade de estudantes em incoming. Porém é menos relevante a receção de docentes estrangeiros, incluindo docentes em mobilidade (7,8%).

O pessoal docente do CE pode ainda melhorar a sua mobilidade internacional (18,5%), mas sobretudo o corpo discente (6,1%) de modo a ganhar capacidades pela efetivação de redes e parcerias diversas com IES estrangeiras.

De facto, os indicadores dos docentes do CE são favoráveis, sobretudo facilitados por integrar redes

internacionais de investigadores, em áreas de especial interesse para o CE. É referido que a componente de internacionalização tem sido uma forte aposta, não só através do aumento do número de acordos bilaterais, mas também da diversificação geográfica, numa estratégia definida para a internacionalização.

A criação do International Semester permitiu o incremento dos alunos incoming e verificou-se um crescimento do número de alunos a realizar estágios no estrangeiro.

7.4.2. Pontos fortes

A elevada percentagem de docentes do CE em mobilidades académicas no exterior, bem como a aparente relação com pares de outras IES estrangeiras, que se devem materializar em mais incoming docente no CE.

7.4.3. Recomendações de melhoria

Aumentar a atração de alunos estrangeiros e o número de bolsas do Programa Erasmus+ no CE para alunos e promover o outgoing, de modo a permitir aumentar o número de alunos a realizar mobilidade académica e/ou de estágio, apesar do interesse da semana internacional.

Promover o interesse e o compromisso do corpo docente do CE para uma maior internacionalização, sobretudo de receção de pares, quer através da sua participação em redes e parcerias, quer na promoção dessas relações para melhorar a produção científica e os projetos de cariz internacional.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

n/a

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

O Instituto Politécnico de Viseu (IPV) implementou um Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) e usa o manual de garantia da qualidade (MGQ) como documento de referência com procedimentos comuns de gestão, de cumprimento obrigatório em toda a instituição. A Escola está representada, pelos seus Presidente e Presidente da Comissão de Avaliação e Qualidade (ComAQ), no Conselho para a Avaliação e Qualidade (CAQ).

O Presidente do IPV e do CAQ são os responsáveis pelo planeamento e revisão do SIGQ. A implementação de mecanismos que assegurem a qualidade da Escola é da responsabilidade dos seus Presidente e Vice-Presidentes, apoiados pela ComAQ.

É o responsável por cada ciclo de estudos, em intervalos regulares, que produz o relatório de eficácia do curso, com uma recolha regular de informação relevante, que sumariza a informação dos relatórios das UC, prioriza as melhorias propostas e, quando aplicável, monitoriza as melhorias implementadas em períodos anteriores.

As auditorias internas são também levadas a cabo nos processos e atividades de formação que serão aplicados ao pessoal docente e não-docente. Estas auditorias resultam num relatório com informação que é apresentada à CAQ através do Balanço da Qualidade e da Monitorização do Programa de Auditorias, para aprovação. De acordo com os resultados obtidos, o CAQ define as ações consideradas necessárias para a melhoria contínua do sistema e acompanha a sua implementação.

É também responsabilidade da escola enviar a informação relevante para a preparação da avaliação de garantia de qualidade da instituição, um documento para monitorizar a eficácia do sistema interno de garantia da qualidade, incluindo o grau de cumprimento das metas, o grau de satisfação obtido para os serviços de apoio e o grau de implementação de correções, ações corretivas, ações preventivas e/ou melhorias aprovadas pelo Conselho de Avaliação e Qualidade.

A avaliação dos professores é feita a cada três anos, de acordo com as atividades estabelecidas no art.2-A ECPDESP, agrupadas em três dimensões: Pedagógica, Técnico-científica e Organizacional. No final de cada ciclo, a pessoa avaliada prepara uma autoavaliação, anexando o relatório de atividades, que é validado pelo relator nomeado pelo CTC que prepara a avaliação e propõe a classificação. Ambos devem ser aprovados pelo CTC após audiência prévia. A classificação final é homologada pelo Presidente do IPV, da qual cabe reclamação.

Na coordenação das UC, são definidas estratégias e medidas de melhoria continua dos professores que devem constar no plano de atividades. O IPV apoia a formação de docentes em cursos, congressos, publicações e comunicações.

A avaliação do pessoal não docente é feita bianualmente, de acordo com o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP 3) e foca-se em dois parâmetros: os resultados obtidos na busca de objetivos pessoais em articulação com os objetivos da unidade orgânica e o conhecimento, a avaliação de competências técnicas e comportamentais, de acordo com as funções do colaborador.

A avaliação decorre através do preenchimento da ficha de autoavaliação e posterior ficha de avaliação preenchida em reunião entre o avaliador e o avaliado. Esta avaliação é objeto de parecer por parte da Comissão Paritária para a Avaliação. As avaliações são homologadas pelo Presidente do IPV, com o conhecimento do Avaliado. O sistema de avaliação do desempenho permite a identificação do potencial de evolução e desenvolvimento dos trabalhadores e o diagnóstico das respetivas necessidades de formação pelo que o IPV, em função das necessidades identificadas, organiza formação ao longo do ano tendo em vista melhorar as qualificações do pessoal não docente.

8.7.2. Pontos fortes

A existência do Manual de Qualidades: existe uma estrutura operacional formal que acompanha os procedimentos considerados relevante, gerando discussão e ações corretivas, visando a melhoria contínua dos aspetos de qualidade do programa.

Também são realizadas auditorias internas nos processos e atividades de formação, com um relatório de acompanhamento das ações de melhoria contínua.

Existem procedimentos oficiais para avaliar o desempenho do pessoal docente e não-docente. A atualização do conhecimento de ambos é claramente apoiada pela instituição, para aqueles que desejam promover as suas competências científicas e pedagógicas e atualizá-las.

8.7.3. Recomendações de melhoria

Recomenda-se que se evidenciem as tendências de desempenho dos indicadores de qualidade com o acompanhamento das ações realizadas e a sua eficiência, comprovando que o mecanismo de qualidade vigente funciona como esperado.

Apoiar áreas específicas que precisem de ser reforçadas, tais como as áreas identificadas como fraquezas e as que representam uma oportunidade, segundo os parâmetros de qualidade.

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

Seguindo as recomendações feitas pela CAE na última avaliação, as áreas de Turismo e Línguas Estrangeiras foram reforçadas e, como consequência, o plano de estudos foi devidamente adaptado de acordo com as alterações efetuadas, mantendo a coerência na sequência de matérias lecionadas. Também alguns aspetos práticos de certas disciplinas foram melhorados, como a utilização de um novo software (GDS Galileo, que permitirá que as aulas em Galileo sejam lecionadas um ambiente real) ou material de prova de vinhos dentro da UC Enoturismo.

Foram assinadas algumas parcerias com Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSPs), aumentando o número de potenciais candidatos ao CE. Por outro lado, foram introduzidas mudanças significativas no sistema de apoio ao ensino e aprendizagem, como o acesso à Biblioteca do conhecimento online (b-on) e em breve toda a comunidade académica do IPV terá acesso total à b-on a partir de qualquer dispositivo com ligação à internet (sem a necessidade de estar ligado à VPN).

Adicionalmente, o número de protocolos para estágios aumentou para 59 locais de estágio e 49 empresas localizadas em diferentes regiões do país, para cada estagiário são designados dois supervisores (um professor e um supervisor selecionado pela empresa), de forma a encontrar a melhor solução para o estudante. Existem 7 professores atribuídos a esta UC.

Para além disso, foram propostas medidas de melhoria, nomeadamente:

1. Dinamizar um gabinete de relações com o exterior de modo a aumentar a proatividade entre a Escola/Departamento de Gestão e as empresas;
2. Reduzir as tarefas administrativas, alocando-as ao pessoal não docente. Concentrar a carga horária em apenas alguns dias, libertando dias para a investigação;
3. Ter uma política cultural, a par das políticas de ensino, delineada e cumprida em colaboração com os estudantes do curso;
4. Insistir, ainda mais, na lecionação das unidades curriculares de base, especialmente Matemática;
5. Incentivar os estudantes a frequentarem as unidades de base de Matemática (são unidades extracurriculares criadas para recuperar conhecimentos de matemática anteriores); Criar aulas de apoio a Contabilidade;
6. Desenvolvimento de um conjunto de ações de modo a reduzir esta percentagem: dinamização do SIVA (Serviço de Inserção na Vida Ativa); preparação dos alunos para elaborarem melhores CV e simulação de entrevistas de emprego de forma a que consigam responder melhor a oportunidades de emprego; aumento de parcerias com as empresas da região; reuniões de follow up com as empresas recetoras dos estagiários. Recente criação (2016/2017) de uma base de dados de ex-alunos onde consta o perfil dos alunos finalistas e as suas competências (linguísticas, informáticas, entre outras). Esta base de dados serve para promover e apoiar os recém-licenciados junto das empresas e entidades que procuram recrutar novos colaboradores.

Identificou-se a prioridade de cada ação, bem como o cronograma de implementação e o indicador do fator de sucesso.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

Muitas mudanças positivas foram introduzidas no CE, de forma a melhor preparar os estudantes deste CE para o trabalho na área do Turismo. É necessário definir um acompanhamento dos impactos produzidos por estas mudanças, por meio de indicadores que evidenciam o progresso alcançado.

Por outro lado, para as 6 medidas de melhoria propostas recomenda-se o estabelecimento de um plano de implementação para essas ações, estabelecendo um período de início e um plano realistas, identificando os recursos necessários e a sua disponibilidade, as responsabilidades atribuídas, a avaliação dos benefícios, etc. como a base que poderá permitir o acompanhamento claro do progresso alcançado com a implementação.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular
<sem resposta>

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

<sem resposta>

11.2. Observações

Por último, como nota à Presidência do IES, gostaríamos de voltar a questão da Escola de Lamego:

Reconhecendo que se trata de duas realidades diferentes e uteis para explorar, não pudemos deixar de reiterar a diferença acentuada da DSD que em Lamego é 385 horas e em Viseu é 252, isto considerando apenas os docentes a TI. Nesse sentido, entendemos que seria útil agilizar os trabalhos dos colegas em Lamego, libertando-os para a investigação, ao mesmo tempo que seria interessante haver alguém da área, numa posição central, que conhecesse toda esta área de ensino em rede.

Aproveitar melhor os recursos humanos para reforçar o ensino do turismo, nas duas Escolas, no sentido de promover a mobilidade entre docentes das duas UO, sobretudo na área predominante dos CE.

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

De um modo geral, destacaríamos como aspetos positivos as boas relações institucionais com os diversos parceiros na região, públicas e privadas, e particularmente no setor empresarial com quem o ciclo de estudos em apreciação, Licenciatura em Turismo, mantém uma excelente colaboração.

Os hard skills tem sido o grande alvo de atenção nos últimos anos (o saber fazer), mas verifica-se alguma preocupação e sensibilidade, pela Direção do CE, para reforçar os soft skills, o que representa uma mais valia para o ensino na área do turismo.

As cargas letivas atribuídas aos docentes são equilibradas, em geral, e compatíveis com as demais funções próprias de um docente de ensino superior.

O corpo docente, particularmente na área predominante dos CE (Turismo), revela um bom ritmo de publicações em revistas científicas internacionais com revisão de pares, assim como outras publicações, a integração em Centros de Investigação, e alguma investigação, incluindo de forma aplicada.

Constata-se que há uma boa proximidade no apoio dos diversos serviços, assegurados pelo pessoal não docente. Porém, não é evidente o apoio administrativo mais próximo das operações diárias do CE e às outras atividades de cariz mais extracurricular, como os vários eventos e atividades organizados pelos docentes e estudantes do CE.

O ciclo de estudo apresenta índices de internacionalização razoáveis.

Realça-se a forte ligação do corpo docente ao sector empresarial da região. No entanto, recomenda-se maior envolvimento dos estudantes na investigação e prestação de serviços à comunidade, o que poderá ser um fator motivador ao realizar trabalhos com promotores reais e de aplicação real, possivelmente em formato de problem-based learning.

Verifica-se uma boa dinâmica de formação e contratação do pessoal docente, que melhorou a

qualificação do mesmo, particularmente na área predominante do CE, o que leva ao cumprimento dos aspetos legais da composição do corpo docente, com a exceção de docentes com o título de especialista por provas publicas.

Os doutores em turismo, geralmente possui pouca experiência profissional, mas com elevada investigação aplicada. No entanto, e em cumprimento com a legislação em vigor, é necessário reforçar o corpo docente especializado, por varias vias, designadamente com experiência profissional nos diversos setores da industria turística.

Sugere-se a contratação de especialistas por provas publicas, para assegurar as UC's mais técnicas, seguindo a orientação do ensino profissionalizante.

Destacamos a consulta aos stakeholders, nomeadamente as entidades e graduados, em todas as fases processuais.

Foi efetuada a alteração do plano de estudos, desde a última avaliação, em que foram tomadas em consideração as recomendações da CAE. É reconhecido, pelos diversos stakeholders, que o CE beneficiou muito com esta alteração.

A Coordenadora do Curso possui perfil académico adequado (na última avaliação ainda não era doutorada).

O número de candidatos tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo dos últimos anos, o que revela boa captação de alunos e competitividade por parte da IES.

No entanto, o CE apresenta uma taxa considerável de retenção dos alunos, a ver com a baixa taxa de eficiência formativa. Há duas áreas com taxas médias de sucesso inferiores a 60% (Matemática 59% e Contabilidade 53%). Em relação à Matemática, reconhece-se que medidas tomadas pela Direção do Curso estão a dar alguns resultados positivos. Mas, o mesmo não se verifica em Contabilidade, em que o número de alunos inscritos na UC tem aumentado, de ano para ano.

A CAE gostaria de realçar o enorme desenvolvimento que esta área teve desde a sua última visita, e cumprimentar todos os envolvidos, nomeadamente a senhora Coordenadora por todo o trabalho realizado.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

<sem resposta>

12.4. Condições:

n/a